



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

Compra de medicamentos de “A” a “Z”, contidos na tabela CMED/ANVISA através de maior percentual de desconto na tabela CMED/ANVISA – Minas Gerais para atendimento de urgência e emergência e mandados judiciais da Secretaria Municipal de Saúde de Abadia dos Dourados/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas na tabela abaixo e neste documento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	Desconto (%) Mínimo sobre o Preço de Fábrica para o Estado de Minas Gerais, constante na tabela CMED.	Preço Total da Contratação, para cada item
001	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SIMILAR COMUM INJETÁVEIS CONSTANTES NA TABELA CMED. CAMARA DE REGULACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. DESCONTO SOBRE O PF. PRECO FABRICA. PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	SE	1	45,17	60.000,00
002	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS GENÉRICO COMUNS INJETÁVEIS CONSTANTE NA TABELA DE PREÇOS CMED . CAMARA DE REGULAMENTACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA. DESCONTO SOBRE O PF . PRECO FABRICA. PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	SE	1	42,33	60.000,00
003	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO GENERICO. CONSTANTES NA TABELA CMED . CAMARA DE REGULACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA . AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. DESCONTO SOBRE O PF . PRECO FABRICA.PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	SE	1	25,46	60.000,00
004	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO SIMILAR. CONSTANTES NA TABELA CMED . CAMARA DE REGULACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA . AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. DESCONTO SOBRE O PF . PRECO FABRICA.PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS DE GERAIS	SE	1	34,16	60.000,00

A quantidade indicada como “1” refere-se apenas à unidade de referência utilizada para fins de julgamento do maior percentual de desconto sobre a tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, não representando quantitativo físico de medicamentos. O fornecimento ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que são indispensáveis para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O direito à saúde constitui direito social assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo reconhecido como direito de todos e dever do Estado, conforme estabelecem os artigos 5º, 6º e 196. Sua efetivação ocorre por meio da implementação de políticas sociais e econômicas voltadas à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como à garantia de acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde.

No âmbito das políticas públicas de saúde, a assistência terapêutica integral, inclusive a assistência farmacêutica, integra o campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 8.080/1990, que também atribui ao sistema a responsabilidade pela formulação e execução da política de medicamentos e outros insumos essenciais à manutenção das ações de saúde.

A rede municipal de saúde necessita manter o abastecimento regular de medicamentos destinados ao atendimento da população nas Unidades Básicas de Saúde, nas farmácias públicas e nas unidades hospitalares, garantindo a continuidade dos tratamentos e a adequada resposta às demandas assistenciais. A disponibilidade contínua desses insumos é indispensável para evitar interrupções terapêuticas, agravamento de quadros clínicos, aumento de internações e sobrecarga nos serviços de saúde.

Adicionalmente, a Administração Pública deve assegurar o cumprimento de determinações judiciais que impõem o fornecimento de medicamentos a pacientes, exigindo a adoção de mecanismos eficientes e planejados de aquisição, gestão de estoque e distribuição, de modo a garantir o atendimento das decisões judiciais dentro dos prazos estabelecidos.

Nesse contexto, a contratação para aquisição de medicamentos mostra-se essencial para assegurar a continuidade da assistência farmacêutica no município. A adoção do sistema de fornecimento de medicamentos de “A a Z”, com base na tabela de preços regulados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante a aplicação de percentual de desconto sobre os preços máximos estabelecidos, apresenta-se como solução eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

A utilização da tabela regulatória da CMED proporciona maior previsibilidade e transparência na formação dos preços, uma vez que estabelece limites máximos para comercialização de medicamentos no território nacional. Esse modelo de contratação permite maior flexibilidade para atendimento das demandas da rede municipal de saúde, possibilitando a aquisição de diferentes medicamentos conforme as necessidades assistenciais que surgem ao longo do período de execução contratual, além de favorecer o planejamento das aquisições e a adequada gestão dos estoques.

Destaca-se ainda que o planejamento da presente contratação observa os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas, à busca pela eficiência administrativa, à economicidade e à adequada aplicação dos recursos públicos, assegurando que a aquisição atenda de forma efetiva às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, a aquisição de medicamentos mostra-se medida indispensável para garantir a continuidade das ações e serviços de saúde prestados à população, assegurar o acesso aos tratamentos necessários e promover o adequado funcionamento da rede municipal de assistência farmacêutica.

Como impactos positivos esperados com a realização da contratação, destacam-se: a garantia do abastecimento regular das farmácias das Unidades Básicas de Saúde e do hospital municipal; a continuidade dos tratamentos médicos ofertados à população; a redução do risco de desabastecimento e de interrupção terapêutica; a melhoria na gestão e no controle de estoques de medicamentos; a maior eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos por meio da utilização da tabela regulatória da CMED com aplicação de desconto; o cumprimento adequado de determinações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos; e o fortalecimento da qualidade e da segurança da assistência farmacêutica prestada à população do município.

Portanto, a presente contratação contribui diretamente para assegurar o acesso da população aos medicamentos essenciais, garantir a continuidade dos tratamentos médicos, o cumprimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

determinações judiciais, evitar situações de desabastecimento e fortalecer a assistência farmacêutica no âmbito do município, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Lei nº 8.080/1990. Assim, declara-se a viabilidade e a conveniência da contratação, por representar medida indispensável para a adequada prestação dos serviços públicos de saúde e para a efetivação do direito fundamental à saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), para a aquisição de medicamentos de “A a Z” constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante a aplicação do maior percentual de desconto sobre os preços estabelecidos na tabela CMED para o Estado de Minas Gerais.

A empresa vencedora deverá fornecer ao Município medicamentos genéricos e similares, incluindo também medicamentos injetáveis genéricos e similares, abrangendo os itens constantes de “A a Z” da lista regulada pela ANVISA, conforme parâmetros definidos na tabela CMED. A adoção desse modelo permite maior flexibilidade na aquisição, possibilitando a compra conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos e garantindo o atendimento das demandas da rede municipal de saúde.

A escolha do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a tabela CMED visa assegurar maior economicidade e transparência na contratação, permitindo que o Município obtenha preços mais vantajosos e amplie a capacidade de aquisição de medicamentos dentro do orçamento disponível, além de estimular a competitividade entre os fornecedores.

A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, compreendendo:

- Planejamento da contratação: levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, definição da estratégia de aquisição e elaboração dos instrumentos de planejamento da contratação;
- Processo licitatório: realização do Pregão Eletrônico com ampla competitividade entre fornecedores e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- Formalização da Ata de Registro de Preços: registro dos preços e condições de fornecimento, permitindo aquisições futuras conforme a demanda da Administração durante a vigência da ata;
- Fornecimento dos medicamentos: entrega parcelada dos produtos pela empresa contratada, conforme solicitações emitidas pela Administração;
- Recebimento e controle: conferência dos medicamentos recebidos, verificação de conformidade, validade e condições de armazenamento;
- Gestão de estoques: controle, armazenamento e distribuição dos medicamentos às Farmácias das Unidades Básicas de Saúde e ao hospital municipal, garantindo adequada rotatividade dos estoques e evitando perdas por vencimento;
- Utilização e acompanhamento: dispensação dos medicamentos à população atendida pela rede pública de saúde e monitoramento da execução contratual pela Administração.

A contratação também está alinhada ao planejamento das ações da assistência farmacêutica municipal e às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme estabelecido na Lei nº 8.080/1990, garantindo o abastecimento contínuo das unidades de saúde e o atendimento adequado à população.

Dessa forma, a solução proposta assegura maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica, promove o uso racional dos recursos públicos, reduz riscos de desabastecimento e contribui para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

continuidade dos tratamentos médicos e para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população do município.

Ressalta-se que o item referente ao fornecimento de medicamentos éticos (de referência) constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, com aplicação de desconto sobre o Preço Fábrica (PF), não será objeto da presente licitação. Tal decisão se justifica pelo fato de que o contrato oriundo do pregão eletrônico anterior, que contempla este item, encontra-se vigente e devidamente aditivado, atendendo, no momento, às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, a exclusão do referido item do presente certame observa os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, evitando sobreposição de contratações e garantindo a adequada gestão dos contratos administrativos em vigor.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Justificativa de exigência de documentação para a licitante vencedora

A exigência de apresentação do Alvará Sanitário e da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para a licitante vencedora justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada esteja devidamente regularizada e autorizada pelos órgãos competentes para exercer atividades relacionadas à comercialização e distribuição de medicamentos, garantindo a segurança sanitária dos produtos fornecidos à Administração Pública.

O Alvará Sanitário, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente nas esferas federal, estadual ou municipal, comprova que o estabelecimento atende às condições sanitárias exigidas pela legislação vigente, estando apto a realizar atividades relacionadas ao armazenamento, comercialização e distribuição de medicamentos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos de controle sanitário.

Já a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde, constitui requisito obrigatório para empresas que exercem atividades de fabricação, distribuição, armazenamento e comercialização de medicamentos no território nacional. Tal autorização atesta que a empresa possui condições técnicas, estruturais e operacionais adequadas para atuar no mercado farmacêutico, conforme estabelecido pela legislação sanitária vigente.

Dessa forma, a exigência desses documentos no processo licitatório visa garantir que os medicamentos adquiridos pelo Município sejam fornecidos por empresas devidamente autorizadas e fiscalizadas pelos órgãos sanitários competentes, assegurando a qualidade, segurança e procedência dos produtos, bem como a proteção da saúde pública e o atendimento às normas regulatórias aplicáveis ao setor farmacêutico.

4.2 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

4.3 Indicação de marcas ou modelos

Não haverá indicação de marcas ou modelos.

4.4 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade.

4.5 Da exigência de amostra

Não será exigida amostra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

4.6 Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Para todos os itens desta licitação, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto consiste no fornecimento de medicamentos genéricos, medicamentos similares, medicamentos genéricos comuns injetáveis e medicamentos similares injetáveis, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas na tabela do item 1 deste termo de referência, todos constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A contratação será realizada com base na aplicação de maior percentual de desconto sobre o PF – Preço Fábrica (Preço do Fabricante) vigente para o Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pela tabela CMED, abrangendo medicamentos de “A a Z” conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. O fornecimento dos medicamentos deverá ocorrer de forma parcelada, de acordo com a demanda da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento ou requisição emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo edital.

Os medicamentos deverão atender integralmente às normas sanitárias vigentes, possuir registro válido na ANVISA, bem como apresentar condições adequadas de armazenamento, transporte e prazo de validade, garantindo a qualidade, segurança e eficácia dos produtos fornecidos.

5.1 Responsabilidades pelo transporte: A Contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados ao fornecimento dos medicamentos, incluindo embalagem, transporte, frete, seguro, carga, descarga e demais despesas necessárias, desde a origem dos produtos até a entrega no local indicado pela Administração. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas, garantindo a integridade, qualidade e conservação dos medicamentos, observando-se as normas sanitárias e as boas práticas de transporte de medicamentos.

5.2 Das condições de fornecimento, recebimento e do prazo de entrega

I – O(s) Fornecedor(es) detentor(es) da Ata de Registro de Preços serão obrigados a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda. **Os medicamentos entregues devem estar com no mínimo 70% (setenta por cento) da validade ainda a vencer. A exigência de que os produtos sejam entregues com, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo de validade total justifica-se pela necessidade de garantir a adequada utilização dos medicamentos ao longo do tempo, prevenindo desperdícios, evitando riscos sanitários e assegurando a economicidade da contratação. Tal exigência encontra respaldo no interesse público e na gestão eficiente dos recursos, não configurando restrição à competitividade, mas medida de proteção à Administração.**

a) Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a Ata, a remessa dos produtos apresentados será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

b) Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por requisição, memorando, ofício ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida e a assinatura do responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

c) Os medicamentos deverão ser entregues nos endereços listados a seguir, acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

- **Posto de Saúde Maria das Chagas Bruno - Rua Quinca Rodrigues, nº 270, Bairro Alto Abadiense - Abadia dos Dourados/MG, 38540-000.**

- **Centro de Saúde Dona Nair Gomes Caldas - Avenida Benedito Teodoro da Silva, nº 140, Centro, Abadia dos Dourados/MG - CEP: 38.540-000.**

- **Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia - Avenida Benedito Teodoro da Silva, nº 367, Centro, Abadia dos Dourados/MG - CEP: 38.540-000.**

II – Em cada fornecimento, o prazo de entrega dos produtos será de, no máximo, **07 (sete) dias úteis**, e será contado a partir da Ordem de Fornecimento. Ressalva-se que, os pedidos serão fracionados durante exercício de 2026 e possivelmente parte dos exercícios de 2027/2028.

a) O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será de 2 (dois) dias da data da convocação por parte do Município.

b) O local da entrega, em cada fornecimento, será o constante da Ordem de Fornecimento que serão:

- **Posto de Saúde Maria das Chagas Bruno - Rua Quinca Rodrigues, nº 270, Bairro Alto Abadiense - Abadia dos Dourados/MG, 38540-000.**

- **Centro de Saúde Dona Nair Gomes Caldas - Avenida Benedito Teodoro da Silva, nº 140, Centro, Abadia dos Dourados/MG - CEP: 38.540-000.**

- **Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia - Avenida Benedito Teodoro da Silva, nº 367, Centro, Abadia dos Dourados/MG - CEP: 38.540-000.**

O transporte e quaisquer outras despesas decorrentes serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

III – As condições de recebimento do objeto da ata são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso II, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Caso não cumpridas as exigências do Edital, o fornecedor será comunicado a retirar os produtos no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do Edital, sem nenhum ônus para a Administração.

Em caso de devolução do produto, por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao Fornecedor, devendo providenciar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a sua substituição.

5.3 Especificações da garantia, manutenção e/ou assistência técnica.

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4 Contrato

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceite e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, o Decreto nº 10.959 de 27 de maio de 2024 que regulamenta o Procedimento Auxiliar Sistema de Registro de Preços, disposto no art. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e a Portaria nº 01/2026, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por esta Portaria ficou designado como gestor de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato a servidora Kamila Duarte Pereira, matrícula nº 1925.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

O Contratante reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerado em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da Contratada.

7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

• recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

7.1.5 fraudar a licitação

7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

7.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1 advertência;

7.2.2 multa;

7.2.3 impedimento de licitar e contratar e

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. DA RESCISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da Contratada, fica o Contratante autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação em Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM.

9.1 Modo de disputa

Modo de disputa - Aberto

9.2 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado. O pedido mínimo será de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

9.3 Da não entrega dos produtos

Em caso da não entrega total ou parcial dos produtos, erro no fornecimento ou inadimplemento, o Fornecedor estará sujeito, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e/ou criminal, no que couber, e as penalidades previstas da Lei nº 14.133/21.

9.4 Habilitação

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

O(s) licitantes vencedor (es) deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

▪ Ato Constitutivo;

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

² NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

▪ **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

▪ **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social,** incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

▪ **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.** Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;

▪ **Alvará de Licença e Funcionamento,** em vigor;

• **Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente federal, estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante, em vigor;**

▪ **Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da Saúde/ANVISA, em vigor;**

▪ **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial,** com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

9.5 DECLARAÇÕES:

• está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

• não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

O objeto social descrito no ato constitutivo referente à habilitação deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme lei 14.143/21.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia anexados na plataforma. Em caso de diligência serão solicitados os documentos originais.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. A habilitação será verificada por meio eletrônico, no site da Licitanet.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10. PAGAMENTO

Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aprovada.

A Administração pagará ao Fornecedor o valor unitário registrado por item, conforme planilha de preços anexa, multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Solicitação de Fornecedor e da Nota de Empenho.

O Fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado na Nota de Empenho e na presente Ata



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

de Registro de Preços. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Fornecedor.

O Fornecedor deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração da Ata de Registro de Preços. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

A Administração poderá reter o pagamento do produto, objeto da ata, nos seguintes casos:

I – Se a qualidade do produto não corresponder às especificações exigidas no instrumento licitatório, os mesmos serão devolvidos ao Fornecedor para substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

II – Obrigação do Fornecedor com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Administração;

III – Débito do Fornecedor para com a Administração quer provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações;

IV – Não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o Fornecedor atenda a cláusula infringida.

Nenhum pagamento isentará o Fornecedor das responsabilidades e obrigações, nem implicará na aceitação definitiva dos produtos. No preço ajustado na ata incluem-se todas as despesas verificadas tais como transporte do objeto do contrato e obrigações tributárias, trabalhistas, prêmio de seguro, para-fiscais, infortunisticas, previdenciárias, fiscais, etc.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o objeto consiste no fornecimento de medicamentos mediante aplicação de desconto sobre o Preço Fábrica (PF) constante na tabela CMED, a pesquisa de preços foi realizada por meio do levantamento de percentuais de desconto praticados no mercado em contratações similares, bem como pela análise de parâmetros utilizados em processos licitatórios anteriores e em contratações públicas equivalentes. Os percentuais de desconto da tabela abaixo foram definidos com base em pesquisa de preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026, considerando parâmetros praticados no mercado e em contratações públicas similares.

Ressalta-se que a quantidade indicada como “1” refere-se apenas à unidade de referência para fins de julgamento do maior percentual de desconto, não representando quantitativo físico de medicamentos. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Assim, o valor efetivo das aquisições será apurado no momento da emissão das ordens de fornecimento, mediante aplicação do percentual de desconto vencedor sobre o Preço Fábrica (PF) vigente na tabela CMED para o Estado de Minas Gerais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	DESCONTO (%) MÍNIMO SOBRE PF – CMED/MG
001	Fornecimento de medicamentos similares comuns injetáveis constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	45,17%
002	Fornecimento de medicamentos genéricos comuns injetáveis constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	42,33%
003	Fornecimento de medicamentos genéricos constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	25,46%
004	Fornecimento de medicamentos similares constantes na tabela CMED – desconto sobre	SE	1	34,16%



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

	PF			
--	----	--	--	--

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da Contratante:

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de Fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

São obrigações da Contratada:

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
- Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Abadia dos Dourados - MG;
- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
- Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
- Obedecer à legislação Ambiental;
- Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Entregar o item de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega e recebimento no local de destino;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- A contratada deverá garantir que todos os medicamentos fornecidos estejam devidamente registrados ou regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED;
- A contratada deverá aplicar o percentual de desconto ofertado no processo licitatório sobre o Preço Fábrica (PF) vigente da tabela CMED para o Estado de Minas Gerais no momento da emissão da ordem de fornecimento;
- A contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos produtos, incluindo embalagem, transporte, frete, seguro, carga e descarga, até a efetiva entrega no local indicado pela Administração;
- A contratada deverá assegurar que os medicamentos sejam transportados em condições adequadas, observando as boas práticas de armazenamento e transporte de medicamentos, garantindo a integridade, qualidade e segurança dos produtos;
- A contratada deverá fornecer os medicamentos em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, contendo identificação do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária;
- A contratada deverá garantir que os medicamentos possuam prazo de validade com no mínimo 70% (setenta por cento) da validade ainda a vencer no momento da entrega, assegurando condições de uso pela rede municipal de saúde.
- Os medicamentos que necessitem de acessórios para sua aplicação ou administração devem vir acompanhados dos mesmos, incluídos os respectivos diluentes, filtros, equipos para transferência ou infusão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- A contratada é responsável por garantir que os medicamentos fornecidos sejam de boa qualidade, autênticos e não adulterados, obedecendo a todas as regulamentações de segurança e qualidade estabelecidas pelos órgãos competentes;
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do Registro de Preços correrão à conta das dotações abaixo, do Orçamento do Município em vigor, ou das que vierem a substituí-las nos próximos exercícios, e demais disposições contidas na Lei nº 4.320/64, em combinação com art. 18, inciso V da Lei 14.133/21, em combinação com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000:

As despesas com a execução desta Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ficha	Fonte	Dotação
191	1500	02.004.000.10.303.2521.2146.339032 – Manutenção assistência farmacêutica. Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

As respectivas dotações para vinculação das despesas concernentes ao exercício de 2026 serão consignadas no orçamento próprio de 2026.

As dotações orçamentárias para os possíveis exercícios de **2027 e 2028** serão consignadas no orçamento dos respectivos exercícios.

14. REAJUSTE

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela Contratante do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Abadia dos Dourados, 02 de março de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825.

Servidora responsável pela elaboração do TR pela Portaria nº 01/2026.

Aprovado por: _____

Leonardo Martins Alves
Secretário Municipal de Saúde.